



ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

CNPJ nº 00.028.986/0001-08

NIRE nº 35.3.0013975.5

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA TRANSFORMAÇÃO DE
SOCIEDADE ANÔNIMA EM SOCIEDADE LIMITADA REALIZADA EM 10 DE
NOVEMBRO DE 2016.**

DATA, HORA E LOCAL: 10 de novembro de 2016, às 10:00 (dez) horas, na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo.

PRESENCAS: Acionistas representando 100% do capital social, constituindo, assim, o *quorum* legal para aprovação das matérias constantes na ordem do dia.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Abboud Inerra e secretariados pela Dra. Adriana Duarte de Carvalho.

PUBLICAÇÕES: A ausência de publicação dos anúncios de convocação está regularizada, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos acionistas, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

ORDEM DO DIA: (i) Aumento do capital social e a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social, (ii) Discussão e votação da proposta dos Administradores da Companhia, para alteração do tipo societário da Elevadores Atlas Schindler S.A., de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, (iii) discussão e votação da extinção do Conselho de Administração após a transformação da sociedade com a distribuição das





ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

CNPJ nº 00.028.986/0001-08

NIRE nº 35.3.0013975.5

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA TRANSFORMAÇÃO DE
SOCIEDADE ANÔNIMA EM SOCIEDADE LIMITADA REALIZADA EM 10 DE
NOVEMBRO DE 2016.**

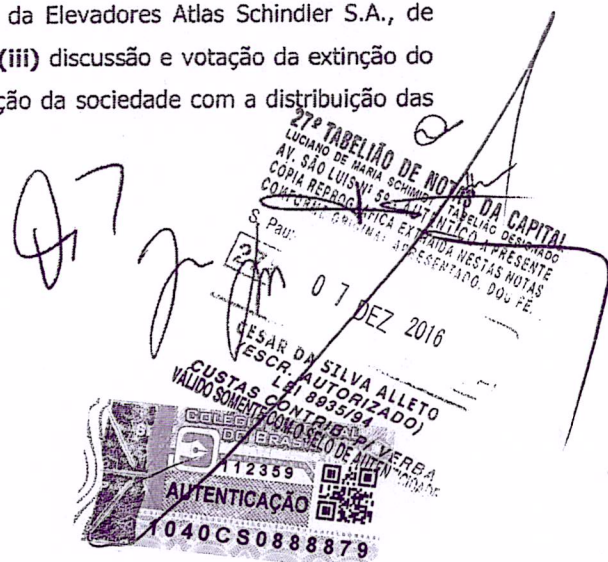
DATA, HORA E LOCAL: 10 de novembro de 2016, às 10:00 (dez) horas, na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo.

PRESENCAS: Acionistas representando 100% do capital social, constituindo, assim, o *quorum* legal para aprovação das matérias constantes na ordem do dia.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Abboud Inserra e secretariados pela Dra. Adriana Duarte de Carvalho.

PUBLICAÇÕES: A ausência de publicação dos anúncios de convocação está regularizada, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos acionistas, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

ORDEM DO DIA: (i) Aumento do capital social e a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social, (ii) Discussão e votação da proposta dos Administradores da Companhia, para alteração do tipo societário da Elevadores Atlas Schindler S.A., de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, (iii) discussão e votação da extinção do Conselho de Administração após a transformação da sociedade com a distribuição das



2016
29 11 15

atribuições do Conselho de Administração à Assembleia ou Reunião de Sócios e à Diretoria, (iv) eleição dos membros da Diretoria da sociedade e, (v) aprovadas as propostas da Administração da Companhia, autorizar os representantes legais a adotarem todas as providências necessárias à transformação do tipo societário, de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada.

DELIBERAÇÕES: Foram submetidas à discussão e votação dos senhores acionistas, e por estes aprovadas por unanimidade dos presentes, a seguintes matérias:

- (a) Aumentar o capital social dos atuais R\$70.478.641,45 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) para R\$70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), sendo o referido aumento, portanto, no valor de R\$0,55 (cinquenta e cinco centavos de real), integralizado neste ato mediante a capitalização de parte da reserva de capital da companhia correspondente ao valor do aumento de capital, com base no Balanço da Companhia levantado em 31/12/2015, sem a emissão de novas ações. Desta forma, o capital da companhia passa a ser no valor de R\$ 70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), dividido em 6.632.245 (seis milhões, seiscentas e trinta e duas mil, duzentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (b) Em decorrência da deliberação acima, alterar o Artigo 4º do Estatuto Social, que passa a vigor de acordo com a seguinte redação:

"Art. 4º - O capital é de R\$ 70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), dividido em 6.632.245 (seis milhões, seiscentas e trinta e duas mil, duzentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." @



as e sem valor nominal são substituídas
quatrocentas e setenta e oito mil,

27º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
LUCIANO DE MARIÁ
AV. DO SOLIS N. 150
COPIL. REPRODUÇÃO AUTENTICA A PRESENTE
COPIL. REPRODUÇÃO EXTRAÍDA DE NOTAS
L. 10.400/50 ORIGINAL PRESENTADO. DOB. E.
S. P.
27
1 DEZ 2016
CESAR DA SILVA ALFARO
(ESCR. AUTORIZADO)
LE. 8885194
12359
AUTENTICAÇÃO
1040CS0888881

20111116

seiscentas e quarenta e duas) quotas representativas do capital social, todas iguais, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma;

3. As atuais acionistas passam à qualidade de quotistas, restando o capital social assim distribuído, observada a proporção da participação de cada sócio no capital social:

a) **SCHINDLER S.A.**, é titular de 70.478.641 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, seiscentas e quarenta e uma) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, correspondendo a R\$70.478.641,00 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e), e

b) **SCHINDLER MANAGEMENT AG.**, é titular de 01 (uma) quota, no valor nominal de R\$1,00 (um real), correspondendo a R\$1,00 (um real).

4. A Extinção do Conselho de Administração, da qual é dada ciência neste ato aos Srs. Conselheiros e a consequente redistribuição de suas competências, na forma do Contrato Social ora aprovado e anexo à presente ata.
5. Diante do disposto acima, a sociedade passará a ser administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 03 (três), no máximo, 06 (seis) Diretores, sócios ou não, residentes no País, sendo um Diretor Presidente e 05 (cinco) Diretores, todos eleitos pelas sócias para um mandato de 03 (três) anos, e por eles destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição.
6. Para os efeitos do disposto acima, elege-se neste ato, para um mandato de 03 (três) anos contados a partir desta data, ou seja, **de 10/11/2016 até**



09/11/2019

09/11/2019, o senhor **ANDRE ABOUD INSERRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.559.500, órgão emissor SSP/SP, e do CPF/MF nº 114.574.898-80, para o cargo de Diretor Presidente, e os senhores **FRANCISCO ALBALADEJO BOSCO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG. nº 11.236.870, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.779.978-12, **JOSÉ CARLOS AGRELO LUSQUIÑOS**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE nº W344383-7 e do CPF/MF nº 246.278.527-20 e **GEORG KASIMIR MARBACH**, suíço, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RNE. Nº V288005 A, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.993.397-50, para os cargos de Diretores da Sociedade.

Os Senhores **ANDRE ABOUD INSERRA**, **FRANCISCO ALBALADEJO BOSCO**, **JOSÉ CARLOS AGRELO LUSQUIÑOS** e **GEORG KASIMIR MARBACH**, acima qualificados, declaram neste ato não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade de empresário, bem como a administração de sociedades empresárias, ou enquadrados em quaisquer das situações previstas no art. 1011, § 1º do Código Civil.

7. Ficam autorizados os membros da Diretoria da Sociedade a promover todos os atos necessários à efetivação da transformação e implementação das deliberações ora aprovadas.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, de forma sumária, como faculta o Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, e sendo a presente ata lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas presentes e pelos membros do Conselho de Administração. Sr. André Abboud Inserra - **Presidente**; Adriana Duarte de Carvalho - **Secretária**; **Acionistas:** Schindler S/A, (p.p. representada por André



DUCEP
29 11 16

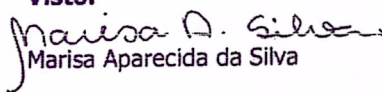
Abboud Inserra e José Carlos Agrelo Lusquiños); Schindler Management AG, (p.p. representada por André Abboud Inserra e José Carlos Agrelo Lusquiños);
Conselheiros: Sr. Luis Jose Del Barrio Ruiz, Sr. Stephen O'Sullivan; Sr. André Abboud Inserra; Sr. Carlos Guembe Gonzalez-Guinea (pp. representado por José Carlos Agrelo Lusquiños) **Diretores:** Andre Abboud Inserra, Francisco Albaladejo Bosco, José Carlos Agrelo Lusquiños e Georg Kasimir Marbach.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Assembleia Geral de ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A


Adriana Duarte de Carvalho

Secretária

Visto:


Marisa Aparecida da Silva

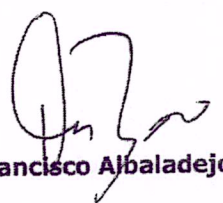
OAB/SP nº 134.169


Andre Abboud Inserra


Diretor Presidente Eleito


José Carlos Agrelo Lusquiños

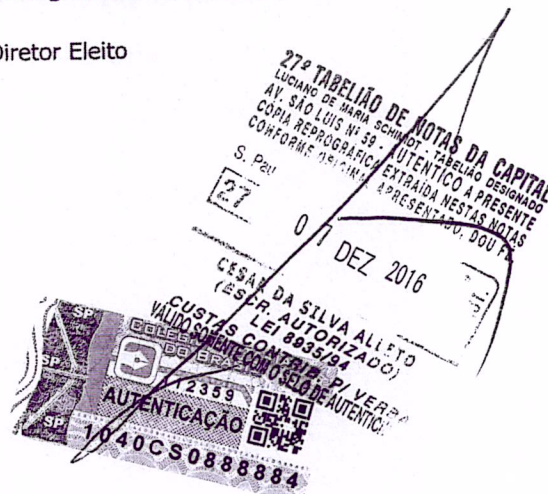
Diretor Eleito


Francisco Albaladejo Bosco

Diretor Eleito


Georg Kasimir Marbach

Diretor Eleito



PRODUC
at 11 05

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOS O NÚMERO

502.410/16-4

FLÁVIA R. BRITTO DOMALVES
SECRETARIA GERAL

JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOS O NÚMERO

3523028080-2

FLÁVIA R. BRITTO DOMALVES
SECRETARIA GERAL

JUCESP

JUCESP
29 NOV 2016
SEDE

27º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
LUCIANO DE MARRA SCHMIDT - TABELÃO DESIGNADO
AV. SÃO LUIS Nº 597 - AUTENTICO A PRESENTE
COPIA REPROGRÁFICA EXTRAÍDA NESTAS NOTAS
CONFORME ORIGINAL REPRESENTADO, DOCE.

S. Paulo
27

7 DEZ 2016

COLEGIO NOTÁRIO DO BRASIL

112359

AUTENTICAÇÃO

1040C80888885

CESAR DA SILVA ALIOTO
(ESCR. AUTORIZADO)
LEI 8935/94
CUSTAS CONTRIB. P. VERBA
VÁLIDAMENTE COMO SELO DE AUTENTICAÇÃO

DUCESP
Anexo I



201116

**"CONTRATO SOCIAL DA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.
(CNPJ nº 00.028.986/0001-08)**

**(em fase de transformação de sociedade anônima - ELEVADORES ATLAS
SCHINDLER S.A., em sociedade limitada)**

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, as pessoas jurídicas abaixo:

(a) SCHINDLER S.A. sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Zaragoza, na Albardín, 58, Polígono Empresarium, inscrita no Brasil no CNPJ/MF sob o nº 09.273.174/0001-00, neste ato representada por seus procuradores, **Andre Abboud Inserra**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 14.559.500 e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.574.898-80; **José Carlos Agrelo Lusquiños**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE n.º W344383-7 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.278.527-20, e

(b) SCHINDLER MANAGEMENT AG., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Suíça, com sede em Ebikon, na Zugerstrasse 13, inscrita no Brasil no CNPJ/MF sob o nº 05.720.363/0001-15, neste ato representada por seus procuradores, **Andre Abboud Inserra**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 14.559.500 e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.574.898-80; **José Carlos Agrelo Lusquiños**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE n.º W344383-7 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.278.527-20

Face a transformação da ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A. em sociedade limitada, sob a denominação de **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, aprovam o respectivo Contrato Social, nos termos dos artigos. 1.052 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), mediante as seguintes cláusulas e condições:



DUPLICATA
20 11 16

Cláusula 4ª: A duração da Sociedade é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

Cláusula 5ª: O capital social da Sociedade é de R\$70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), dividido em 70.478.642 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, seiscentas e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre as sócias:

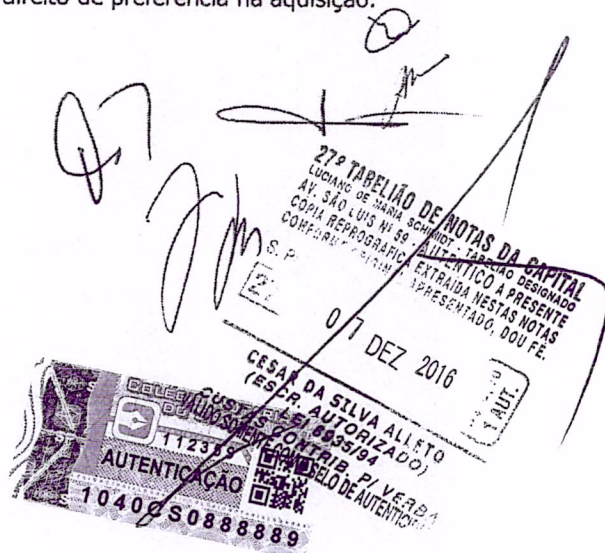
a) **SCHINDLER S.A.** é titular de 70.478.641 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, seiscentas e quarenta e uma) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, correspondendo a R\$70.478.641,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais), e

b) **SCHINDLER MANAGEMENT AG.**, é titular de 01 (uma) quota, no valor nominal de R\$1,00 (um real).

Parágrafo 1º: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Parágrafo 2º: A cada quota corresponde um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo 3º: As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade. As Sócias não poderão ceder, transferir ou onerar suas quotas, no todo ou em parte, sem antes oferecê-las à outra Sócia que, em igualdade de condições, tem direito de preferência na aquisição.



QUORUM
20 11 16

Parágrafo 4º: Nenhuma sócia poderá ceder suas quotas ou parte delas, nem caucioná-las ou onerá-las sob qualquer outra forma, sem o consentimento prévio e expresso da sócia ou sócias representando a maioria do capital social.

Parágrafo 5º: A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto a Sociedade e terceiros, a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pela sócia ou sócias anuentes.

Capítulo III

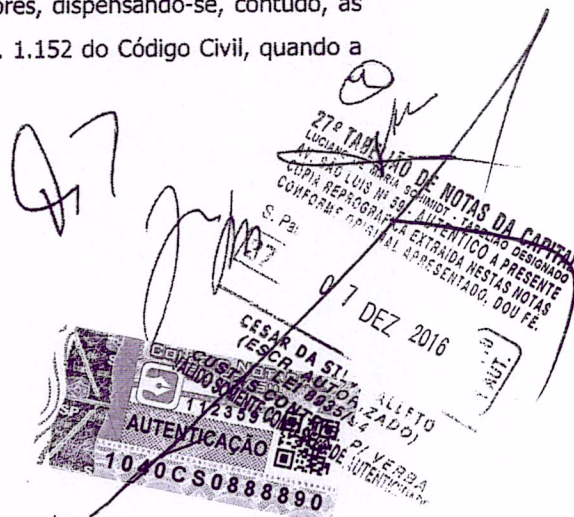
DAS REUNIÕES DE SÓCIAS

Cláusula 6ª: As deliberações das sócias são soberanas e as mesmas serão tomadas em Reuniões de Sócias, em alterações de Contrato Social ou outros atos de deliberação, nos termos da legislação aplicável. As Reuniões de Sócias realizar-se-ão sempre que os interesses sociais o exigirem, podendo ser dispensada no caso de todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

Parágrafo 1º: As Reuniões de Sócias tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto e aos interesses da Sociedade, podendo tomar as resoluções que julgar convenientes ao desenvolvimento da Sociedade, e sendo realizadas na sede social, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias definidas em lei e, extraordinariamente, sempre que a lei ou os interesses sociais exigirem a manifestação das Sócias Quotistas da Sociedade.

Parágrafo 2º: Ressalvadas as hipóteses de *quorum* qualificado previstas neste contrato social e na legislação aplicável, as deliberações serão tomadas mediante a aprovação de sócia ou sócias representando a maioria do capital social da Sociedade.

Cláusula 7ª: A Reunião de Sócias poderá ser convocada pelo Diretor Presidente ou na ausência deste, pelo Diretor que for designado pelo Diretor Presidente e, em não havendo designação, por qualquer dos demais Diretores, dispensando-se, contudo, as formalidades de convocação previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando a



DUPLICATA
23 11 16

totalidade de sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, instalando-se a Reunião na forma prevista na lei.

Cláusula 8ª: Compete ao Diretor Presidente ou na sua ausência, ao Diretor que for designado pelo Diretor Presidente e, em não havendo designação, à qualquer dos demais Diretores, instalar e presidir a Reunião de Sócios, cabendo-lhe nomear o secretário entre os presentes, os quais dirigirão os trabalhos.

Cláusula 9ª: Compete à Reunião de Sócios:

- I. fixar a orientação geral dos negócios;
- II. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos inerentes aos negócios da Sociedade;
- III. escolher e destituir os auditores independentes da Sociedade;
- IV. manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício;
- V. autorizar a aquisição, arrendamento e a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição, renúncia ou transação de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, quando em operação no interesse da Sociedade, quando de valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares);
- VI. deliberar sobre a contratação de empréstimos com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias e em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares);
- VII. autorizar o acréscimo ou a alienação de investimento em sociedades coligadas e controladas em valor superior ao equivalente em moeda nacional a



20 11 16

US\$4,000,000.00 (quatro milhões de dólares), e a realização de investimentos em outras sociedades, no país ou no exterior, em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$2,000,000.00 (dois milhões de dólares);

- X. deliberar sobre a venda, transação, renúncia ou caução de ações ou quotas, bem como dos direitos a elas referentes, de sociedade controlada, subsidiária ou coligada;
- XI. deliberar sobre a participação dos administradores que não poderá exceder a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, se houver, observados os limites legais;
- XII. decidir sobre os casos omissos no presente Contrato Social, que estejam acima do limite de responsabilidade da Diretoria fixados neste Contrato Social.

Capítulo IV DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 10ª: A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria, na forma da lei e deste Contrato Social.

Cláusula 11: A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três), no máximo, 06 (seis) Diretores, sócios ou não, residentes no País, sendo um Diretor Presidente e até 05 (cinco) Diretores sem designação específica, todos eleitos pelas sócias no próprio Contrato Social ou em ato separado, para um mandato de 03 (três) anos, e por eles destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, cujas remunerações serão fixadas por acordo entre os sócios e levadas à conta de despesas gerais.

Cláusula 12: Quando eleitos por meio de ato em separado, a investidura dos Diretores eleitos se dará mediante termo lavrado nos Livros de Registro de Atas da Diretoria, independentemente de caução. Em caso de reeleição, a investidura será declarada pelo próprio órgão que tiver deliberado a reeleição, servindo para tanto, o termo anterior.



QUINTA
29 11 16

Parágrafo Único: O prazo de gestão dos Diretores se estende até à investidura dos novos eleitos.

Cláusula 13: Ocorrendo vacância do cargo de Diretor ou em caso de impedimento do titular, caberá aos sócios eleger o novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído. Em se tratando de ausência ou impedimento temporário, o Diretor será substituído por aquele que o Diretor Presidente indicar ou, no caso de ausência ou impedimento deste, aquele que seus pares indicarem, o qual acumulará a sua função de Diretor com a do substituído.

Parágrafo Único: Para os fins desta Cláusula 13, considera-se impedimento temporário aquele que perdurar por um prazo de até 30 (trinta) dias.

Cláusula 14: A Diretoria terá as atribuições que lhe são fixadas pela lei, e por este Contrato Social.

Cláusula 15: Compete à Diretoria:

- I. convocar Reunião de Sócios por meio do Diretor Presidente, do Diretor por ele designado ou por qualquer um de seus membros em não havendo designação pelo Diretor Presidente;
- II. submeter à Reunião de Sócios propostas a respeito de aumento ou redução do capital social, alterações deste Contrato Social e matérias para as quais for necessária a deliberação dos Sócios;
- III. decidir sobre as matérias previstas nos itens V, VI e VII da Cláusula 9ª deste Contrato Social abaixo dos limites de alçada neles fixados como sendo de competência da Reunião de Sócios;
- IV. fazer elaborar, aprovar e submeter à aprovação da Reunião de Sócios, as demonstrações financeiras e quaisquer outras propostas que devam ser submetidas à aprovação das Sócios; e
- V. decidir sobre a abertura ou fechamento de estabelecimentos, filiais e escritórios da Sociedade no País e no exterior.



300344
29 11 15

Parágrafo 1º: Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação por qualquer deles, para deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade nos termos deste Contrato Social. Para que seja instalada a reunião da Diretoria é necessária a presença de, pelo menos, dois Diretores. Nas reuniões instaladas com a presença de dois Diretores, serão válidas as deliberações aprovadas por unanimidade. Nas reuniões instaladas com a presença de três ou mais Diretores, serão válidas as deliberações aprovadas pela maioria dos Diretores presentes. Nos casos de empate, o Diretor Presidente terá o voto de desempate.

Parágrafo 2º: As Atas de Reuniões dos Diretores serão registradas em livro próprio.

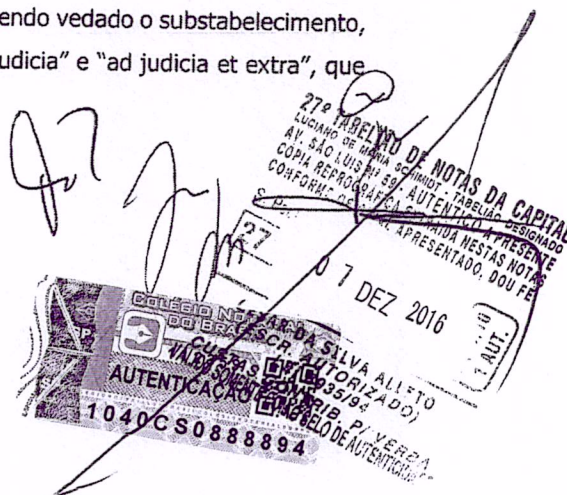
Cláusula 16: Compete ao Diretor Presidente:

- I. supervisionar todos os negócios e atividades da Sociedade;
- II. coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- III. exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Reunião de Sócios.

Cláusula 17: Observados os limites estabelecidos na Cláusula 9ª, a Sociedade, para que se obrigue juridicamente, deverá ser representada pelas assinaturas de (i) 02 (dois) Diretores, (ii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador ou (iii) 02 (dois) Procuradores em conjunto, especificamente nomeados, nos termos da Cláusula 18 deste Contrato Social.

Parágrafo Único: Fica proibida a concessão de empréstimos ou a prestação de garantias reais ou pessoais pela Sociedade, em favor de terceiros estranhos à Sociedade, salvo em caso de fianças ou outra garantia para locação de imóveis para uso de seus empregados.

Cláusula 18: As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser assinadas por 02 (dois) Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos e serão outorgadas por prazo de validade não superior a 02 (dois) anos, sendo vedado o substabelecimento, exceto nos casos de procurações com cláusulas "ad judícia" e "ad judícia et extra", que



20111115

poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e com permissão de substabelecimento.

Capítulo V CONSELHO CONSULTIVO

Cláusula 19: As sócias poderão instalar, mediante deliberação a ser tomada em reunião, um Conselho Consultivo da sociedade, que terá a função meramente consultiva, e não deliberativa, de aconselhar os Diretores em relação às medidas necessárias à manutenção e desenvolvimento das atividades e negócios da Sociedade, bem como emitir opiniões referentes aos assuntos apresentados pelos Diretores. O Conselho Consultivo, quando instalado, deverá ser formado por, no mínimo, 3 (três) membros eleitos e destituídos a qualquer tempo pelas sócias, para um mandato de 3 (três) anos.

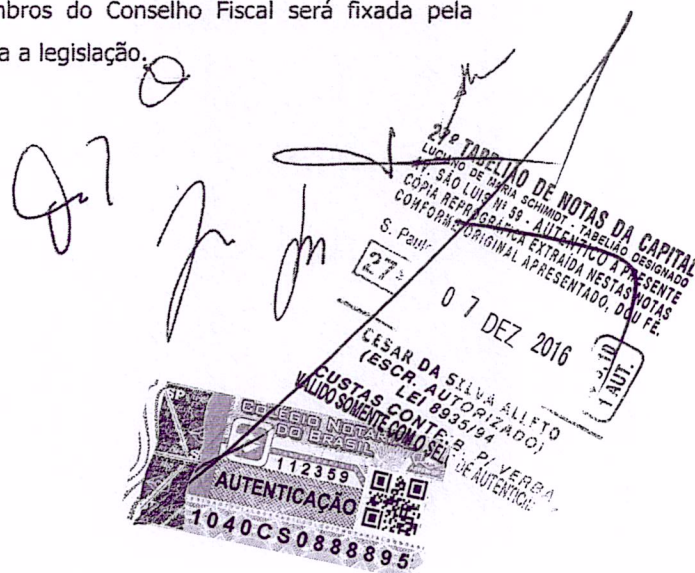
Cláusula 20: A Reunião de Sócias que instalar o Conselho Consultivo fixará a remuneração global deste, cabendo-lhe também decidir a respeito de sua partilha entre os respectivos membros.

Capítulo VI DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 21: A Sociedade poderá ter um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, e que só será instalado a pedido das sócias quotistas, pela Reunião de Sócios, que elegerá os seus membros.

Cláusula 22: O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com constituição, requisitos, poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Reunião de Sócios que os elegeu, observada a legislação.



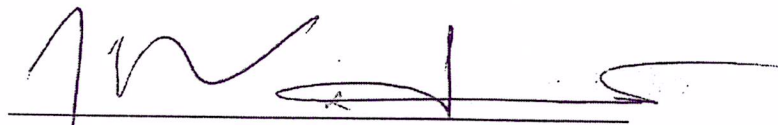
2016
11
23

DO FORO

Cláusula 25: Fica eleito o foro de São Paulo, Capital para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que serão assinadas pelas sócias. "

São Paulo, 10 de novembro de 2016.



SCHINDLER S.A.

p.p. Andre Abboud Inserra / José Carlos Agrelo Lusquiños



SCHINDLER MANAGEMENT AG.

p.p. Andre Abboud Inserra / José Carlos Agrelo Lusquiños

Visto Marisa A. Silva
Nome: MARISA APARECIDA DA SILVA
OAB/SP Nº 134.169





DECLARAÇÃO

Eu, GEORG KASIMIR MARBACH, portador da Cédula de Identidade nº V288005A, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 055.993.397-50, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida do Estado, 6116, Cambuci, São Paulo, São Paulo, CEP 01516-100, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

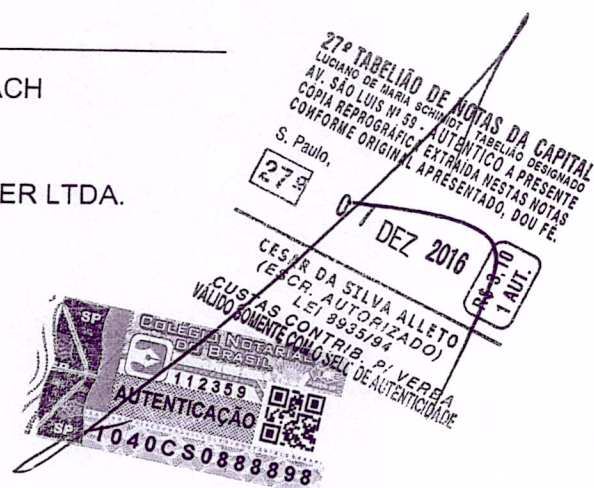
Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

GEORG KASIMIR MARBACH

RG: V288005A

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.





JUCESP PROTOCOLO
0.005.874/19-1



ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.

CNPJ/MF nº 00.028.986/0001-08

NIRE 35.230.280.802

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

A. SCHINDLER S.A. sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Zaragoza, na Albardín, 58, Polígono Empresarial, inscrita no Brasil no CNPJ/MF sob nº 09.273.174/0001-00, neste ato representada por seus procuradores, **André Abboud Inserra**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.559.500, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.574.898-80 e **Adriana Duarte de Carvalho**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 60.057.391-6 e inscrita no CPF/MF sob o nº 045.339.837-58, ambos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, e com domicílio profissional na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo; e

B. SCHINDLER MANAGEMENT AG, sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Suíça, com sede em Ebikon, na Zugerstrasse 13, inscrita no Brasil no CNPJ/MF sob nº 05.720.363/0001-15, neste ato representada por seus procuradores, **André Abboud Inserra** e **Adriana Duarte de Carvalho**, ambos acima qualificado,

únicas sócias representando a totalidade do capital social da **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.028.986/0001-08, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.230.280.802, em 29 de novembro de 2016, com sede na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo ("Sociedade"), resolvem, por unanimidade, alterar referido Contrato Social nos seguintes termos e condições:

I. Excluir do Contrato Social a referência ao cargo de Diretor Presidente, de modo que todos os membros da Diretoria da Sociedade passam a ser designados Diretor sem designação específica.

(a) Eleger, para um mandato de 03 (três) anos a contar da presente data, o Sr. **André Piccinin Gualda**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do

JUL 2002
09 01 19

RG nº 25.851.333-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.180.928-59, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida do Estado, 6116, na Capital do Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade, em substituição ao Sr. **Georg Kasimir Marbach**, que deixa de exercer suas funções como Diretor da Sociedade.

O Sr. **André Piccinin Gualda**, acima qualificado, declara neste ato não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeçam de exercer as atividades de empresário, bem como a administração de sociedades empresárias, ou enquadrado em quaisquer das situações previstas no art. 1.011, §1º da Lei nº 10.406, de 10.01.2002.

II. Em razão das deliberações acima, alterar as cláusulas 7ª, 8ª, 11, 13, 15 e excluir a cláusula 16 do Contrato Social, as quais passam a vigor de acordo com a redação consolidada abaixo.

III. Por fim, decidem as sócias alterar e consolidar o Contrato Social, o qual já refletindo as alterações deliberadas acima é renumerado, e passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL DA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Cláusula 1ª: A sociedade é limitada, opera sob o nome empresarial de "**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**", e reger-se-á por este Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1087 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações).

Cláusula 2ª: A Sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Estado, 6.116, Cambuci, CEP 01516-900.

Parágrafo Único: A Sociedade, mediante deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, escritórios e depósitos fechados em quaisquer localidades do território nacional e no exterior.

DUPLICATA
09 01 19

Cláusula 3ª: A Sociedade tem por objeto:

- a) a exploração da indústria e do comércio, inclusive por representação, importação e exportação, de elevadores, de escadas rolantes, de esteiras rolantes e respectivas partes e peças, de motores, máquinas, e equipamentos elétricos, eletrônicos e mecânicos e outros produtos similares e dos serviços de montagem e instalação desses equipamentos, por conta própria ou de terceiros;
- b) a prestação de serviços técnicos relacionados com esses produtos, tais como montagem, desmontagem, instalação, conservação, manutenção, modernização por conta própria ou através de terceiros, podendo ainda se dedicar a quaisquer outras atividades conexas e afins que independam de autorização especial do Governo.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá participar, no País ou no exterior, de outras sociedades, consórcios e empreendimentos cujos objetos se relacionem com suas atividades.

Cláusula 4ª: A duração da Sociedade é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

Cláusula 5ª: O capital social da Sociedade é de R\$70.478.642,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais), dividido em 70.478.642 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentas e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre as sócias:

a) SCHINDLER S.A. é titular de 70.478.641 (setenta milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, seiscentas e quarenta e uma) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, correspondendo a R\$70.478.641,00 (setenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais), e

b) SCHINDLER MANAGEMENT AG., é titular de 01 (uma) quota, no valor nominal de R\$1,00 (um real).

JUL 2019

Parágrafo 1º: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Parágrafo 2º: A cada quota corresponde um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo 3º: As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade. As Sócias não poderão ceder, transferir ou onerar suas quotas, no todo ou em parte, sem antes oferecê-las à outra Sócia que, em igualdade de condições, tem direito de preferência na aquisição.

Parágrafo 4º: Nenhuma sócia poderá ceder suas quotas ou parte delas, nem caucioná-las ou onerá-las sob qualquer outra forma, sem o consentimento prévio e expresso da sócia ou sócias representando a maioria do capital social.

Parágrafo 5º: A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto a Sociedade e terceiros, a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pela sócia ou sócias anuentes.

Capítulo III DAS REUNIÕES DE SÓCIAS

Cláusula 6ª: As deliberações das sócias são soberanas e as mesmas serão tomadas em Reuniões de Sócias, em alterações de Contato Social ou outros atos de deliberação, nos termos da legislação aplicável. As Reuniões de Sócias realizar-se-ão sempre que os interesses sociais o exigirem, podendo ser dispensada no caso de todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

Parágrafo 1º: As Reuniões de Sócias tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto e aos interesses da Sociedade, podendo tomar as resoluções que julgar convenientes ao desenvolvimento da Sociedade, e sendo realizadas na sede social, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias definidas em lei e, extraordinariamente, sempre que a lei ou os interesses sociais exigirem a manifestação das Sócias Quotistas da Sociedade.

Parágrafo 2º: Ressalvadas as hipóteses de *quorum* qualificado previstas neste contrato social e na legislação aplicável, as deliberações serão tomadas mediante a aprovação de sócia ou sócias representando a maioria do capital social da Sociedade.

JUL 2019

Cláusula 7ª: A Reunião de Sócios poderá ser convocada por qualquer Diretor da Sociedade, dispensando-se, contudo, as formalidades de convocação previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando a totalidade de sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, instalando-se a Reunião na forma prevista na lei.

Cláusula 8ª: Compete a qualquer Diretor, instalar e presidir a Reunião de Sócios, cabendo-lhe nomear o secretário entre os presentes, os quais dirigirão os trabalhos.

Cláusula 9ª: Compete à Reunião de Sócios:

- I. fixar a orientação geral dos negócios;
- II. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos inerentes aos negócios da Sociedade;
- III. escolher e destituir os auditores independentes da Sociedade;
- IV. manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício;
- V. autorizar a aquisição, arrendamento e a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição, renúncia ou transação de ônus reais, bem como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, em operações de interesse da Sociedade, quando de valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares);
- VI. deliberar sobre a contratação de empréstimos com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias e em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares);
- VII. autorizar o acréscimo ou a alienação de investimento em sociedades coligadas e controladas em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$4,000,000.00 (quatro milhões de dólares), e a realização de investimentos em outras sociedades, no país ou no exterior, em valor superior ao equivalente em moeda nacional a US\$2,000,000.00 (dois milhões de dólares);

JUL 2019

VIII. deliberar sobre a venda, transação, renúncia ou caução de ações ou quotas, bem como dos direitos a elas referentes, de sociedade controlada, subsidiária ou coligada;

IX. deliberar sobre a participação dos administradores que não poderá exceder a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, se houver, observados os limites legais;

X. decidir sobre os casos omissos no presente Contrato Social, que estejam acima do limite de responsabilidade da Diretoria fixados neste Contrato Social.

Capítulo IV DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 10ª: A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria, na forma da lei e deste Contrato Social.

Cláusula 11: A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três), no máximo, 06 (seis) Diretores, sócios ou não, residentes no País, todos Diretores sem designação específica, todos eleitos pelas sócias no próprio Contrato Social ou em ato separado, para um mandato de 03 (três) anos, e por eles destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, cujas remunerações serão fixadas por acordo entre os sócios e levadas à conta de despesas gerais.

Parágrafo Único. Para fins deste Capítulo IV, a Diretoria da Sociedade é composta pelos seguintes membros:

(b) **Flávio Luis da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº 18.756.818 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 104.554.488-41, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo;

(c) **José Júlio de Souza Pereira Junior**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador do RG nº 13479634-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 105.479.618-12, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Av. do Estado, nº 6116, na Capital do Estado de São Paulo;

(d) **Marcello Delano Correa Guimarães**, brasileiro, casado, portador do RG nº 14.704.84 e inscrito no CPF/MF sob o nº 341.310.191-91, residente e domiciliado na Rua Pedro Pomponazzi, nº 789 – apt. 141, na Capital do Estado de São Paulo;

JUL 2019

(e) **André Abboud Inserra**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº 14.559.500 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.574.898-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida do Estado, 6116, na Capital do Estado de São Paulo; e

(f) **Andre Piccinin Gualda**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 25.851.333-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.180.928-59, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida do Estado, 6116, na Capital do Estado de São Paulo.

brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 25.851.333-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.180.928-59, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida do Estado, 6116, na Capital do Estado de São Paulo

Cláusula 12: Quando eleitos por meio de ato em separado, a investidura dos Diretores eleitos se dará mediante termo lavrado nos Livros de Registro de Atas da Diretoria, independentemente de caução. Em caso de reeleição, a investidura será declarada pelo próprio órgão que tiver deliberado a reeleição, servindo para tanto, o termo anterior.

Parágrafo Único: O prazo de gestão dos Diretores se estende até à investidura dos novos eleitos.

Cláusula 13: Ocorrendo vacância do cargo de Diretor ou em caso de impedimento do titular, caberá aos sócios eleger o novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído. Em se tratando de ausência ou impedimento temporário, o Diretor será substituído por aquele que seus pares indicarem, o qual acumulará a sua função de Diretor com a do substituído.

Parágrafo Único: Para os fins desta Cláusula 13, considera-se impedimento temporário aquele que perdurar por um prazo de até 30 (trinta) dias.

Cláusula 14: A Diretoria terá as atribuições que lhe são fixadas pela lei, e por este Contrato Social.

Cláusula 15: Compete à Diretoria:

- JUL 2019
- 09 01 19
- I. convocar Reunião de Sócios por qualquer um de seus membros;
 - II. submeter à Reunião de Sócios propostas a respeito de aumento ou redução do capital social, alterações deste Contrato Social e matérias para as quais for necessária a deliberação dos Sócios;
 - III. decidir sobre as matérias previstas nos itens V, VI e VII da Cláusula 9ª deste Contrato Social abaixo dos limites de alçada neles fixados como sendo de competência da Reunião de Sócios;
 - IV. fazer elaborar, aprovar e submeter à aprovação da Reunião de Sócios, as demonstrações financeiras e quaisquer outras propostas que devam ser submetidas à aprovação das Sócios; e
 - V. decidir sobre a abertura ou fechamento de estabelecimentos, filiais e escritórios da Sociedade no País e no exterior.

Parágrafo 1º: Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação por qualquer deles, para deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade nos termos deste Contrato Social. Para que seja instalada a reunião da Diretoria é necessária a presença de, pelo menos, dois Diretores. Nas reuniões instaladas com a presença de dois Diretores, serão válidas as deliberações aprovadas por unanimidade. Nas reuniões instaladas com a presença de três ou mais Diretores, serão válidas as deliberações aprovadas pela maioria dos Diretores presentes

Parágrafo 2º: As Atas de Reuniões dos Diretores serão registradas em livro próprio.

Cláusula 16: Observados os limites estabelecidos na Cláusula 9ª, a Sociedade, para que se obrigue juridicamente, deverá ser representada pelas assinaturas de (i) 02 (dois) Diretores, (ii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador ou (iii) 02 (dois) Procuradores em conjunto, especificamente nomeados, nos termos da Cláusula 17 deste Contrato Social.

Parágrafo Único: Fica proibida a concessão de empréstimos ou a prestação de garantias reais ou pessoais pela Sociedade, em favor de terceiros estranhos à Sociedade, salvo em caso de fianças ou outra garantia para locação de imóveis para uso de seus empregados.

Cláusula 17: As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser assinadas por 02 (dois) Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos e serão outorgadas por prazo de validade não superior a 02 (dois) anos, sendo vedado o substabelecimento, exceto nos casos de procurações com cláusulas "ad judícia" e "ad judícia et extra", que

poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e com permissão de substabelecimento.

Capítulo V

COMITÊ DE ÉTICA

Cláusula 18: A Sociedade poderá contar, de forma permanente, com um Comitê de Ética, formado por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros, todos empregados ou Diretores estatutários da Sociedade, eleitos pela Diretoria para um mandato unificado de 03 (três) anos, e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Único: As atribuições e forma de funcionamento do Comitê de Ética deverão ser previstas em seu Regimento Interno.

Capítulo VI

CONSELHO CONSULTIVO

Cláusula 19: As sócias poderão instalar, mediante deliberação a ser tomada em reunião, um Conselho Consultivo da sociedade, que terá a função meramente consultiva, e não deliberativa, de aconselhar os Diretores em relação às medidas necessárias à manutenção e desenvolvimento das atividades e negócios da Sociedade, bem como emitir opiniões referentes aos assuntos apresentados pelos Diretores. O Conselho Consultivo, quando instalado, deverá ser formado por, no mínimo, 3 (três) membros eleitos e destituídos a qualquer tempo pelas sócias, para um mandato de 3 (três) anos.

Cláusula 20: A Reunião de Sócias que instalar o Conselho Consultivo fixará a remuneração global deste, cabendo-lhe também decidir a respeito de sua partilha entre os respectivos membros.

Capítulo VII

DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 21: A Sociedade poderá ter um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, e que só será instalado a pedido das sócias quotistas, pela Reunião de Sócios, que elegerá os seus membros.

Cláusula 22: O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes,

com constituição, requisitos, poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Reunião de Sócios que os elegeu, observada a legislação.

Parágrafo 2º: O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na Reunião de Sócios Ordinária que se seguir à sua instalação.

Capítulo VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÕES DE LUCROS

Cláusula 23: O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data com referência à qual a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Sociedade e observadas as prescrições legais, as demonstrações financeiras do exercício.

Parágrafo 1º: Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, admitida a distribuição desproporcional à participação de cada um no capital social. Nenhum dos sócios terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. A Sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, distribuindo os lucros então existentes.

Parágrafo 2º: A Sociedade poderá, mediante deliberação da Reunião de Sócios, distribuir às Sócias juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de Sócios titulares de mais da metade do Capital Social.

Capítulo IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 24: A Sociedade entrará e liquidação nos casos previstos em lei, devendo o modo de liquidação ser estabelecido pela Reunião de Sócios que designará os liquidantes.

Three handwritten signatures in black ink, located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'J', the second is a more complex cursive mark, and the third is a simple 'P'.

JUCESP
08 01 19


DO FORO

Cláusula 25: Fica eleito o foro de São Paulo, Capital para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato."

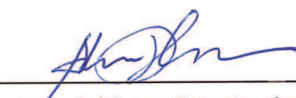
E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que serão assinadas pelas sócias.

São Paulo, 29 de outubro de 2018.

SCHINDLER S.A.

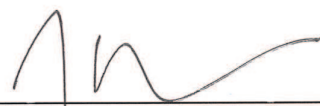


p.p. Andre Abboud Inserra




p.p. Adriana Duarte de Carvalho

SCHINDLER MANAGEMENT AG



p.p. Andre Abboud Inserra



p.p. Adriana Duarte de Carvalho

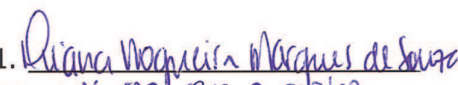
Diretor eleito:

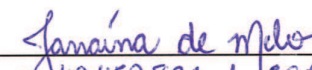


Andre Piccinin Gualda



Testemunhas:

1. 
RG nº 26.572.548-3 SSP/SP
CPF/MF nº 277.177.578-11

2. 
RG nº 40.450.826-1 SSP/SP
CPF/MF nº 335.038.898-17

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.028.986/0010-07 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/04/1996
NOME EMPRESARIAL ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV DOS ANDRADAS	NÚMERO 1161	COMPLEMENTO	
CEP 30.120-010	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2019** às **08:43:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.
CNPJ: 00.028.986/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:55:39 do dia 21/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/11/2019.

Código de controle da certidão: **BFDD.89BF.FB04.245B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Positiva com efeito de negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
26/06/2019

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
24/09/2019

NOME/NOME EMPRESARIAL: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 062006964.00-67

CNPJ/CPF: 00.028.986/0010-07

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AVE ANDRADAS

NÚMERO: 1161

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SANTA EFIGENIA

CEP: 30260070

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constatam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

2019000341362647



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABKHGMPJRN**

Certidão nº **11.950.975** Exercício: **2019**

Emissão em: **25/07/2019**

Requerimento em: **08:23:06**

Validade: **24/08/2019**

Nome: **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**

CNPJ: **00.028.986.0010.07**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

RESSALVAS

Existe(m) lançamento(s) com suspensão administrativa



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABKHGMPJRN**

Documento/Certidão nº **11.950.975** Exercício: **2019**

Emissão em: **25/07/2019**

Requerimento em: **08:23:06**

Validade: **24/08/2019**

Nome: **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**

CNPJ: **00.028.986.0010.07**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quito com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

RESSALVAS

Existe(m) lançamento(s) com suspensão administrativa

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.028.986/0010-07

Razão Social: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

Endereço: AV DOS ANDRADAS 1161 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30120-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 22/07/2019 a 20/08/2019

Certificação Número: 2019072214530592265273

Informação obtida em 25/07/2019 08:15:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 00.028.986/0010-07

Certidão nº: 174677092/2019

Expedição: 26/06/2019, às 14:32:04

Validade: 22/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
00.028.986/0010-07, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 4391823

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 20/06/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA, CNPJ: 00.028.986/0001-08, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de junho de 2019.

PEDIDO Nº:

3573789





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA
CNPJ: 00.028.986/0010-07

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 22 de Agosto de 2019 às 09:17

BELO HORIZONTE, 22 de Agosto de 2019 às 09:17

Código de Autenticação: 1908-2209-1759-0406-5503

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.


Zimbra

nobre@mpmg.mp.br

FW: Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 - Parte 1

De : Eliene Rosa Das Chagas
<eliene.chagas@schindler.com>

Sex, 09 de ago de 2019 16:07

 10 anexos

Assunto : FW: Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 -
Parte 1

Para : nobre@mpmg.mp.br

Eliene Rosa das Chagas | Atendimento Avançado
Telefone +55 31 3219 7320 | Celular +55 31 97313 0220
eliene.chagas@schindler.com

Elevadores Atlas Schindler | Diretoria de Operações
Avenida dos Andradas, 1161 – Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG, Brasil
www.schindler.com.br



www.schindler-ahead.com/br/

From: Eliene Rosa Das Chagas
Sent: Friday, August 09, 2019 3:53 PM
To: nobre@mpmg.mp.br
Subject: Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 - Parte 1

Bom dia!

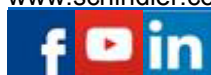
A Elevadores Atlas Schindler LTDA, inscrita no CNPJ: 00.028.986/0010-07 vem pelo presente apresentar os documentos de habilitação e proposta referentes aos lotes 8, 9 e 10 do pregão 25/2019 realizado nesta data.

Certos da atenção e consideração agradecemos.

Atenciosamente,

Eliene Rosa das Chagas | Atendimento Avançado
Telefone +55 31 3219 7320 | Celular +55 31 97313 0220
eliene.chagas@schindler.com

Elevadores Atlas Schindler | Diretoria de Operações
Avenida dos Andradas, 1161 – Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG, Brasil
www.schindler.com.br



www.schindler-ahead.com/br/

**
The information contained in this message is intended only for use of the individual(s) named above and may contain confidential, proprietary or legally privileged information. No confidentiality or privilege is waived or lost by any mistransmission. If you are not the intended recipient of this message you are hereby notified that you must not use, disseminate, copy it in any form or take any action in reliance of it. If you have received this message in error please delete it and any copies of it and notify the sender immediately.

**



AA NI MOD Até 1.000.000,00.pdf

2 MB



CNH Thiago.pdf

391 KB



Contrato Social -Terceira Alteração.pdf

5 MB



Propostas e declaração de regularidade.pdf

8 MB


Zimbra

nobre@mpmg.mp.br

FW: Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 - Parte 5

De : Eliene Rosa Das Chagas
<eliene.chagas@schindler.com>

Sex, 09 de ago de 2019 16:10

 4 anexos

Assunto : FW: Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 -
Parte 5

Para : nobre@mpmg.mp.br

From: Eliene Rosa Das Chagas

Sent: Friday, August 09, 2019 3:53 PM

To: nobre@mpmg.mp.br

Subject: Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 - Parte 1

Bom dia!

A Elevadores Atlas Schindler LTDA, inscrita no CNPJ: 00.028.986/0010-07 vem pelo presente apresentar os documentos de habilitação e proposta referentes aos lotes 8, 9 e 10 do pregão 25/2019 realizado nesta data.

Certos da atenção e consideração agradecemos.

Atenciosamente,

Eliene Rosa das Chagas | Atendimento Avançado
Telefone +55 31 3219 7320 | Celular +55 31 97313 0220
eliene.chagas@schindler.com

Elevadores Atlas Schindler | Diretoria de Operações
Avenida dos Andradas, 1161 – Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG, Brasil
www.schindler.com.br



www.schindler-ahead.com.br/

**

The information contained in this message is intended only for use of the individual(s) named above and may contain confidential, proprietary or legally privileged information. No confidentiality or privilege is waived or lost by any mistransmission. If you are not the intended recipient of this message you are hereby notified that you must not use, disseminate, copy it in any form or take any action in reliance of it. If you have received this message in error please delete it and any copies of it and notify the sender immediately.

**



Contrato social.pdf

11 MB


Zimbra

nobre@mpmg.mp.br

Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 - Parte 2

De : Eliene Rosa Das Chagas
<eliene.chagas@schindler.com>

Sex, 09 de ago de 2019 15:54

 15 anexos

Assunto : Documentos de Habilitação Lotes 8/ 9 e 10 - Parte 2

Para : nobre@mpmg.mp.br

Bom dia!

A Elevadores Atlas Schindler LTDA, inscrita no CNPJ: 00.028.986/0010-07 vem pelo presente apresentar os documentos de habilitação e proposta referentes aos lotes 8, 9 e 10 do pregão 25/2019 realizado nesta data.

Certos da atenção e consideração agradecemos.

Atenciosamente,

Eliene Rosa das Chagas | Atendimento Avançado
Telefone +55 31 3219 7320 | Celular +55 31 97313 0220
eliene.chagas@schindler.com

Elevadores Atlas Schindler | Diretoria de Operações
Avenida dos Andradas, 1161 – Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG, Brasil
www.schindler.com.br



www.schindler-ahead.com.br/

**

The information contained in this message is intended only for use of the individual(s) named above and may contain confidential, proprietary or legally privileged information. No confidentiality or privilege is waived or lost by any mistransmission. If you are not the intended recipient of this message you are hereby notified that you must not use, disseminate, copy it in any form or take any action in reliance of it. If you have received this message in error please delete it and any copies of it and notify the sender immediately.

**

 **Atestado de capacidade Técnica Shopping Cidade.pdf**
2 MB

-  **Certidão Falência e Concordata Matriz - Emitida em 21062019.pdf**
82 KB
-  **Certidão registro e quitação CREABH.pdf**
192 KB
-  **CND Estadual 24092019.pdf**
91 KB
-  **CND FEDERAL - Válida até 17_11_2019 .pdf**
67 KB
-  **CND Municipal BH 24082019.pdf**
77 KB
-  **CNDT 22122019.pdf**
84 KB
-  **CNPJ BH.pdf**
92 KB
-  **Consulta Regularidade FGTS Belo Horizonte 20082019.pdf**
97 KB
-  **CRC 00028986001007.pdf**
31 KB
-  **Crea Cardoso.pdf**
74 KB
-  **CTPS Cardoso.pdf**
2 MB
-